



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos "outros". As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja "a economia" ou que caracterize algo - prática, teoria - como "econômico". A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dádiva, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Dádiva, poder e colonialismo no campo da filantropia no Brasil

Autoria: Yasmin Alves Monteiro (PPGA UFF)

O presente work tem por objetivo analisar o campo da filantropia e do investimento social privado no Brasil a partir da atuação da Rede Brasileira de Filantropia por Justiça Social, uma rede nacional de 12 fundações comunitárias e fundos independentes voltados para o "grantmaking", ou seja, doação de recursos financeiros para organizações, coletivos e movimentos sociais que atuam escala local ou comunitária, chamados de "grassroots movements", com o objetivo de apoiar iniciativas que promovam a defesa e a garantia de direitos e justiça social. O conceito de filantropia é analisado em seus diferentes usos, em especial no uso dado pela Rede, que procura disputar o termo e desvinculá-lo da filantropia clássica, associada à caridade, assistencialista e de pouco impacto, em oposição à filantropia crítica e voltada para a "transformação social" que realizam. Através de entrevistas com os diretores das organizações-membro e da participação nas assembleias, seminários e reuniões regulares da Rede, pretende-se explorar as representações sobre a prática da filantropia no Brasil, as relações com agências e fundações internacionais, hoje responsáveis pela maior parte dos recursos que financiam as chamadas organizações da sociedade civil brasileiras, e com movimentos internacionais surgidos nos últimos 5 anos com o objetivo de questionar as práticas e relações de poder que se estabelecem entre grupos e instituições locais e agências e fundações internacionais, mas também de desenvolver novos modos mais horizontais de fazer filantropia que permitam que os grupos apoiados exerçam papéis de protagonismo na formulação de soluções para os próprios desafios. A partir destas questões procuro descrever o tipo de trocas e relações que são estabelecidas entre os fundos e fundações membros da Rede e agências de desenvolvimento e fundações internacionais dos quais recebem



recursos e as relações dos membros da Rede com os grupos locais que apoiam, buscando compreender ainda o papel de mediação que exercem entre o campo da filantropia e do desenvolvimento internacional, de onde captam recursos, e os grupos e movimentos sociais locais, para os quais doam estes recursos, e os diferentes significados que o dinheiro assume nestas relações.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: